

Como primeiro prêmio, o Sr. Amaro Lanari foi nomeado, após o fechamento da Indústria Lanari, Superintendente do IBQN — Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear —, órgão da NUCLEBRÁS, para onde transferiu, como empregados, seus familiares. Como segundo prêmio, foi nomeado Presidente da Fiat Automóveis e, na Nova República, Presidente da SIDERBRÁS.

A Bancada Federal do PMDB/RJ e o Presidente do Partido, Dr. Jorge Gama, vêm alertando o Governo no sentido de não ser o Sr. Lanari pessoa adequada, pela falta de idoneidade, para restabelecer a credibilidade da SIDERBRÁS, que representa o lobby do setor siderúrgico formado nos últimos anos, responsável por seu endividamento interno e externo e pelas dificuldades administrativas e financeiras de diversas empresas do grupo siderúrgico estatal.

A Bancada Federal do PMDB/RJ, a Executiva Regional, a Bancada Estadual, os Prefeitos, Vereadores da Capital e de Volta Redonda, o Diretório Municipal de Volta Redonda, membros do Partido da Frente Liberal, o Clube de Engenharia, a Presidência da Diretoria Nacional dos Engenheiros Civis, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, a Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos indicaram o Engenheiro Civil, ex-Deputado e ex-Líder do PMDB no AI FERJ, Paulo César Gomes de Souza, para ocupar o cargo de Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

O Ministro Roberto Gusmão, envolvido por um início de administração tumultuada pelos últimos acontecimentos que abalaram a Nação, sem conhecer em profundidade o Sr. Amaro Lanari, bem como seus cunhames, decidiu-se na boa-fé, pelo candidato por ele indicado, Sr. Juvenal Osório Gomes, atual Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro — BDRJU — e homem de confiança do Governador Leonel Brizola.

O Deputado Ulisses Guimarães, nesse timoneiro na travessia pelos mares revoltos da Política Nacional por mais de dois decênios, líder incontestante na luta pelo restabelecimento da democracia em nosso País, não pôde ajudar a perceber, sobrecarregado pelo volume das suas atribuições na direção do PMDB e da Câmara dos Deputados, o que representam as pressões do lobby capitaneado pelo Sr. Amaro Lanari. Continuamos confiando em nosso Presidente e acreditando que ele não nos falará neste crucial momento para o povo fluminense.

Gozamos o privilégio de ter eleito Vice-Presidente da República um homem da estatura política e moral de José Sarney, que, na falta do nosso saudoso Tancredo Neves, soube conduzir a Nação, e — temos certeza — concretizará os seus sonhos, que são, também, os sonhos da Nação Brasileira. Contará o Presidente José Sarney com o irrestrito apoio da Bancada do PMDB/RJ nesta Casa para dar prosseguimento à consolidação da democracia em nosso País.

A Companhia Siderúrgica Nacional é decisiva para o nosso Estado. Aguardamos do Presidente do nosso Partido, do Presidente José Sarney e do Ministro Roberto Gusmão medidas que possam reparar o grave erro político ora em marcha, malgrado de boa-fé praticado.

Para tanto, fazemos este apelo aos eminentes homens públicos, em nome do povo fluminense, para sanar o equívoco ora denunciado, com a demissão não de um nome ou de um homem, mas, em verdade, de mais um sistema de corrupção, que tenta atravessar a ponte que divide o governo passado cheio de compromettimentos para com este que inormidmente luta pela erradicação dessas imoralidades que escorcham os cofres da Nação.

OR. MUCIO ATHAYDE (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde que assumi o mandato nesta Casa venho percorrendo as favelas, as invasões e as cidades satélites de Brasília para ver de perto as suas necessidades e, efetivamente, o estrago que a falta de reatuação política faz nesta cidade.

Juscelino Kubitschek, antes de transferir Brasília para cá, materialmente, enviou uma mensagem ao Congresso Nacional que implantava, aqui, a Câmara dos Vereadores. Mas, lamentavelmente, esta Câmara nunca se abriu, nunca se marcaram as eleições. E aqui estamos, em Brasília, como cidadãos pela metade, como povo castrado no seu voto, uma injustiça que não é mais possível tolerar na Nova República que se estabelece. O Dr. Tancredo Neves a mim, pessoalmente, junto à Assembléia Comunitária e também na Ordem dos Advogados do Brasil, e em público, diversas vezes comprometeu-se a, quando assumisse a Presidência da República, implantar aqui, em Brasília, a representação política de cima a baixo, isto é, eleições para governador, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Aconteceu que foi instalada, aqui, uma Comissão Mista composta de todos os partidos, com deputados federais e com senadores, que, para decepção geral desta Casa, do povo de Brasília e de todo o nosso País — que é uma Nação democrática que não pode permitir essas discriminações — passou a admitir somente eleições para senadores e deputados federais. É necessário, Srs. Deputados, que haja representação política plena em Brasília, com uma Câmara de Vereadores em todas as cidades satélites. É necessário que haja um governador a quem o povo possa pedir contas e, efetivamente, cobrar se vai ou não fazer qualquer coisa. Chega de governador que governa dentro das salas refrigeradas do Palácio Brili. Governador tem que ir às cidades satélites, às favelas. E o que estamos vendo é que essa Comissão Interpartidária quer continuar implantando esse regime, que é uma discriminação contra o povo de Brasília, que está esmagado com essa lei séptima consagrada na Constituição, que temos que mudar imediatamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Juscelino Kubitschek quis a eleição de cima a baixo para Brasília; Tancredo Neves consagrou este mesmo princípio; o povo de Brasília também quer isso. Não é possível que o Congresso Nacional venha decepcionar o povo de Brasília, fazendo somente eleições parciais para a Capital da República do Brasil.

A SRA IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, as repercussões do aumento do salário mínimo em São Paulo em relação ao das tarifas das passagens de ônibus em 80% são de indignação e de protesto. Segundo o PNDA, existem no Brasil 42 milhões de pessoas vivendo com até 30% do salário mínimo. Há uma revolta contida, em que cada um tenta encontrar uma solução individual. Como pagar 60 mil cruzeiros de condução, neste mês de maio, para quem ainda ganha 167 mil cruzeiros mensais, ou até a metade dessa importância, ou seja, cerca de 80 mil cruzeiros? Este é o salário em vigor atualmente que só sofrerá reajuste no mês de junho. O aumento, é preciso que se diga, será a partir de junho e não de agora.

Foi um absurdo a decisão do Prefeito Mário Covas e do Secretário dos Transportes. Ao invés de se submetem ao lobby, por que não denunciaram ao público a situação, que, aliás, sempre vem acompanhada de atos de violência, que são atribuídos aos cobradores em época de greve? Esta situação deveria ser bem analisada, para se saber se é causada por eles ou pelos próprios donos das empresas de ônibus. É preciso que se investigue quem gera a prática da violência.

É justa a reivindicação dos motoristas e cobradores de ônibus, mas é injusta e criminosa a posição dos donos de empresas de transporte coletivo e do Prefeito, paulistano, através da CMTC, de repassar os custos exclusivamente para os usuários, dada as lamentáveis condições — o que merece o nosso repúdio — e a qualidade dos transportes coletivos em São Paulo. Já, nos pontos de ônibus, intermináveis filas de pessoas que esperam horas e horas, de tarde ou de manhã, para tomar um ônibus, depois de 8, 9, 10 ou 12 horas de trabalho. Sabemos que os trabalhadores saem de suas casas antes do sol nascer —

entre 4 e meia e 5 horas da manhã — para irem trabalhar, e só voltam para seus bairros depois que o sol se põe. Quando conseguem entrar nos ônibus enfrentam um aperto maior do que sardinha em lata, como se diz. O transporte de pessoas não pode ser comparado com o transporte de gado ou de qualquer animal. Nosso protesto vem em forma de uma frase que existe em todos os ônibus de São Paulo: "O transporte coletivo é um direito do cidadão e um dever do Estado". Que dever é esse que o Estado se impõe, quando rouba do trabalhador 1 mil cruzeiros por dia — porque, na verdade, a passagem aumentou para 900 cruzeiros e nunca há troca — por fazerem em total de 60 mil cruzeiros por mês para quem ganha 160 mil cruzeiros atualmente?

É impossível sabermos quantas morrem por mês, viajando penduradas nos ônibus, porque não conseguimos entrar. Os ônibus não atendem à demanda; pessoas morrem com ônibus batendo em outras conduções ou em postes, como aconteceu na Rua Senador Teotônio Vilela na semana passada: morreram 3 trabalhadores, porque não conseguiram entrar nos ônibus. Portanto, não dá para admitir que o transporte coletivo de São Paulo continue como está, enquanto criminosamente prosseguem os reajustes da tarifa. Deixo aqui o meu protesto contra a esse estado de coisas.

Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para também manifestar minha solidariedade aos funcionários do sistema Sulbrasileiro, em luta pelo emprego. Esta solidariedade se estende igualmente às 21 mil famílias ameaçadas e aos pequenos acionistas do conglomerado financeiro, ora sob intervenção. Nossa solidariedade não desvaloriza tampouco o impacto da liquidação sobre a economia de toda a Região Sul.

É preciso, no entanto, deixar claro que as possíveis soluções para a questão não passam pela impunidade da quadrilha que provocou a falência do grupo, nem deve ser um prêmio à incompetência gerencial.

Em relação a isso, é correto lembrar que os defensores do liberalismo econômico vivem verberando contra a intervenção do Estado na economia, mas não conseguem viver fora da sua proteção deste mesmo Estado. Tanto isso é verdade que durante estes 21 anos de ditadura surgiu no Brasil uma espécie de burguesia gangsteriana, criada e alimentada com dinheiro público.

Este fenômeno não é perceptível apenas nos inúmeros escândalos financeiros do último período, através dos quais empresários inescrupulosos se enriqueceram ilícitamente. Ele é verificável também em negócios que estão bem lisura aparente. Na verdade, as políticas econômicas deste período tenderam a transformar este País numa espécie de paraíso fiscal, numa nova e gigantesca Singapura.

Estas políticas consistem na concessão de incentivos fiscais, na manipulação de recursos públicos para favorecer grupos e indivíduos e no arrocho salarial.

É dentro da compreensão destas realidades que propomos a estatização definitiva do sistema Sulbrasileiro e do Habitual. Já que a iniciativa privada foi incapaz, cabe ao Estado assumir suas responsabilidades para com a sociedade e evitar um desastre econômico e social de grandes proporções.

Cumpra, no entanto, advertir para o fato de que a crise que se abateu sobre o Sulbrasileiro não é um fato isolado, nem deve ser atribuída apenas à incompetência gerencial e à falta de escrúpulos de sua diretoria. Esta falência está inscrita na crise que abala todo o sistema financeiro brasileiro.

Não desconheço a sensibilidade própria de todo o sistema financeiro e, em decorrência disso, a gravidade desta afirmação. Duvido, porém, que imitar o avestruz seja uma política correta para enfrentar esta situação.

É portanto nosso dever afirmar que o conjunto do sistema financeiro está em crise. Esta crise é um desdobramento natural de uma política que privilegia a especulação em detrimento da produção. Em verdade, a situação não podia ser outra, numa economia inflaciona-